

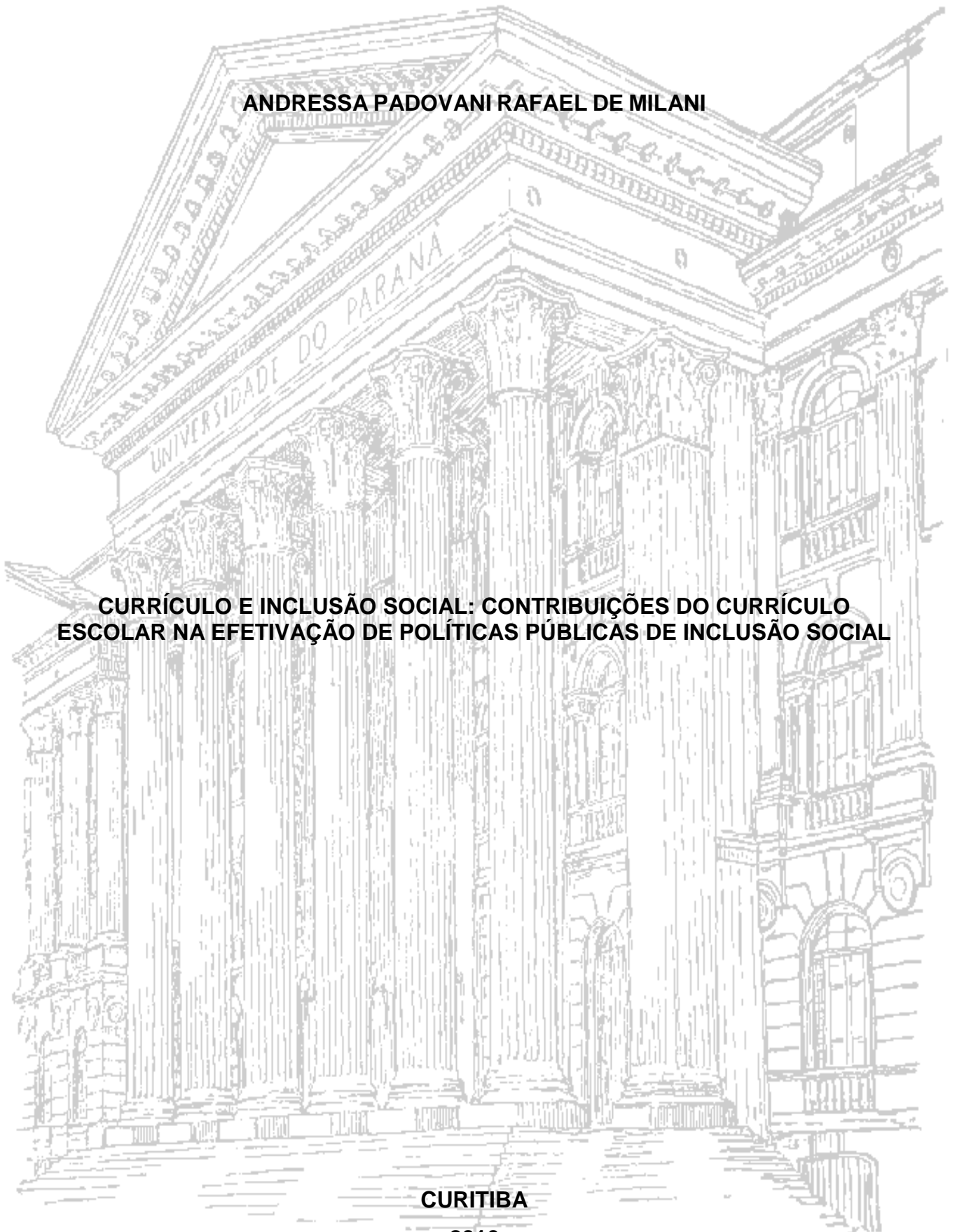
**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**

**ANDRESSA PADOVANI RAFAEL DE MILANI**

**CURRÍCULO E INCLUSÃO SOCIAL: CONTRIBUIÇÕES DO CURRÍCULO  
ESCOLAR NA EFETIVAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO SOCIAL**

**CURITIBA**

**2016**



**ANDRESSA PADOVANI RAFAEL DE MILANI**

**CURRÍCULO E INCLUSÃO SOCIAL: CONTRIBUIÇÕES DO CURRÍCULO  
ESCOLAR NA EFETIVAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO SOCIAL**

Artigo apresentado como requisito parcial à conclusão do Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, do Setor de Educação, da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora Profa. Me.Lilian de Medeiros

**CURITIBA**

**2016**

## **Currículo e inclusão social: contribuições do currículo escolar na efetivação de políticas públicas de inclusão social**

**Andressa Padovani Rafael de Milani**

### **RESUMO**

O presente artigo faz uma reflexão sobre a contribuição do currículo escolar no auxílio da efetivação das políticas públicas de inclusão social relacionada à situação de extrema pobreza na qual se encontram diversas famílias atendidas por programas sociais, focando nos beneficiários do Programa Bolsa Família. Para tanto, foi utilizada a pesquisa bibliográfica, apresentando a opinião de diversos autores sobre a importância do currículo escolar e como este pode ser excludente. O estudo demonstra que uma proposta curricular de qualidade precisa ser constituída por meio da realidade em que o indivíduo está inserido, na qual a mesma configura-se em uma importante ferramenta para solucionar a exclusão consolidada pelo currículo escolar, ao mesmo tempo em que resgata os valores e os saberes negados aqueles chamados de desiguais.

**Palavras-chave:** Currículo escolar. Políticas Públicas. Inclusão social. Exclusão. Desiguais.

### **1 INTRODUÇÃO**

Refletir sobre currículo requer mais do que apenas pensar em quais conteúdos irão ser ensinados na disciplina de matemática, ou de história, ou de geografia, ou das metodologias utilizadas no ensino ou que tipo de avaliação será realizada. O currículo é mais complexo que isso, ao mesmo tempo em que ele tem o ingênuo objetivo de integrar, promover um ensino de qualidade, possibilitar que todos os alunos tenham um ensino igualitário, de mesmo nível, ele pode distinguir, separar, excluir, pois cada aluno é diferente do outro, é de uma realidade diferente, é de uma classe diferente, é de uma raça diferente.

O Brasil possui uma grande diversidade, e um dos maiores erros ao se programar um currículo é pensar que todas as crianças são iguais, que todos são

filhos da mesma classe social. Nem todos querem trabalhar em uma grande empresa, nem todos podem seguir os estudos, apesar de terem o sonho de estudar, nem todos conseguem uma “vida melhor” como a mídia supõe.

O currículo é o principal organizador do sistema de ensino, ao mesmo tempo em que ele causa impedimentos na aprendizagem ele é o instrumento capaz de melhorar e modificar as práticas pedagógicas utilizadas hoje em dia.

Assim, surgiu a dúvida de qual é a contribuição do currículo escolar no auxílio da efetivação das políticas públicas de inclusão social relacionadas à situação de pobreza extrema na qual se encontram diversas famílias atendidas por programas sociais – Programa Bolsa Família?

Neste sentido, é preciso realizar uma análise crítica do currículo buscando encontrar alternativas que contribuam para que a escola contribua na formação de sujeitos capazes de enfrentar as frequentes mudanças do mundo moderno,

Além disso, é imprescindível que os currículos escolares sejam elaborados de acordo com a realidade de cada região a fim de respeitar as diferenças de cada aluno contemplando suas experiências sociais aos conteúdos trabalhados na escola.

Neste trabalho pretende-se versar sobre o currículo escolar e como o mesmo pode ser excludente, pois ao ser construído nacionalmente não contempla as realidades locais, contribuindo para a promulgação das desigualdades sociais.

Espera-se também averiguar as contribuições do currículo na efetivação de políticas públicas de inclusão social e na luta contra a pobreza, bem como o mesmo pode prejudicar na inclusão dos desiguais no ambiente escolar.

O presente artigo está organizado da seguinte maneira: na introdução é apresentado o problema de pesquisa, os objetivos e a justificativa.

O segundo capítulo abrange questões sobre o currículo escolar, fazendo algumas abordagens sobre o seu conceito. Também é discutido sobre o Programa Bolsa Família como uma política pública de inclusão social e como o currículo pode contribuir para a luta contra a exclusão social.

No terceiro capítulo a metodologia é explicitada à luz da teoria.

No quarto capítulo são apresentados os resultados da pesquisa.

No quinto capítulo finaliza o artigo com as considerações finais.

## 2 REVISÃO DE LITERATURA

### 2.1 O CURRÍCULO ESCOLAR

Uma das funções do currículo escolar é preparar os educandos para tornarem-se cidadãos ativos, pensantes, caritativos, igualitários e engajados com a sociedade em que estão inseridos. Além disso, um currículo de qualidade deve assegurar a inclusão social e promover a cooperação entre os indivíduos.

No entanto, a universalização do ensino no Brasil leva a construção de um currículo nacionalizado, que não prevê a diversidade cultural e social do país. Para D' Ambrosio (2002), é “um absurdo se propor currículos nacionais. E ainda maior absurdo de se avaliar grupos de indivíduos com testes padronizados. Trata-se efetivamente de uma tentativa de pasteurizar as novas gerações!”. (D'AMBRÓSIO, 2002).

Lamentavelmente, a maioria das escolas não optam pela flexibilização do currículo impedindo a inserção de novos conhecimentos, oriundos da diversidade cultural e social que permeia entre os educandos.

De acordo com Santomé (1993):

Quando se analisam de maneira atenta os conteúdos que são desenvolvidos de forma explícita na maioria das instituições escolares e aquilo que é enfatizado nas propostas curriculares, chama fortemente à atenção a arrasadora presença das culturas que podemos chamar de hegemônicas. As culturas ou vozes dos grupos sociais minoritários e/ou marginalizados que não dispõem de estruturas importantes de poder costumam ser silenciadas quando não estereotipadas e deformadas, para anular suas possibilidades de reação. (SANTOMÉ, 1993, p. 163).

O currículo escolar não deve ser apenas uma seleção de conteúdos, é necessário reconhecê-lo como o resultado das diversas lutas pela igualdade. O currículo precisa ser definido com base na diversidade cultural, fixado através da história e em nenhum momento ele pode se desvincular da plenitude e da universalidade social.

De acordo com Silva e Moreira (2000) “... nas escolas não se aprendem apenas conteúdos sobre o mundo natural e social; adquire-se também consciência, (...) que comandam relações e comportamentos sociais”. (SILVA; MOREIRA, 2000, p. 50) .

O currículo e a escola são influenciados pela sociedade em que estão inseridos. Sendo assim, precisamos conhecer a sociedade antes construir os currículos escolares, já que, é a sociedade que será atendida pelo currículo e estes estão mutuamente interligados.

O currículo deve priorizar a aprendizagem significativa e não a aprendizagem decorada, ele tem que atualizar-se conforme as mudanças que ocorrem na sociedade e deixar de seguir os moldes estabelecidos no século XIX. É preciso transformar o currículo e a escola, revendo suas funções na sociedade atual.

### **2.1.1 Conceito de currículo escolar**

O currículo escolar é a ferramenta necessária para conhecer a realidade de uma escola, ele deve ser construído a partir da realidade em que a escola está inserida, e não como preveem as políticas educacionais que definem parâmetros unificados para todas as instituições de ensino do país, não levando em conta a diversidade regional existente.

Existem várias concepções associadas à palavra *currículo*, com diferentes compromissos e teorias. Porém, as discussões a respeito do currículo estão voltadas para o conhecimento escolar, práticas pedagógicas, relações e princípios sociais, bem como a formação da identidade dos alunos. Essas discussões inevitavelmente se deparam com questões sobre o conhecimento, a verdade, o poder e a identidade (SILVA, 1999), que podem ter menor ou maior destaque.

De acordo com Sacristán (2006):

O currículo é uma práxis antes que um objeto estático emanado de um modelo coerente de pensar a educação ou as aprendizagens necessárias das crianças e dos jovens, que tampouco se esgota na parte explícita do projeto de socialização cultural nas escolas. É uma prática, expressão da função socializadora e cultural que determinada instituição tem, que reagrupa em torno de uma série de subsistemas ou práticas diversas entre as quais se encontra a prática pedagógica desenvolvida em instituições escolares que comumente chamamos de ensino. (SACRISTÁN, 2006, p. 15).

Para Moreira e Silva (1995), o currículo assume um papel mais amplo, pois ele é capaz de mudar uma escola:

O currículo não é um elemento inocente e neutro de transmissão desinteressada de conhecimento social. O currículo está implicado em relações de poder, o currículo transmite visões particulares e interessadas, o currículo produz identidades individuais e particulares. (MOREIRA; SILVA, 1995, p. 8).

Nesta perspectiva, o currículo age diretamente na formação do indivíduo, uma vez que reflete sobre o papel dos conteúdos e da ideologia e atesta que estes estão relacionados ao poder e a exclusão. Assim, percebemos o currículo não somente como um recurso inócuo, mas como um instrumento capaz de formar sujeitos e como um reproduzidor de realidades.

Enfim, o currículo pode ser conceituado como um documento escrito que se constitui por meio das relações definidas com a prática pedagógica, ele “é, em outras palavras, o coração da escola, o espaço central em que todos atuamos o que nos torna, nos diferentes níveis do processamento educacional, responsáveis por sua elaboração” (MOREIRA E CANDAU, 2007, p. 19) e que intencionalmente se perpetua através de relações políticas e ideológicas.

### **2.1.2 Currículo e a formação de identidade**

O currículo escolar é o alicerce para o planejamento pedagógico dos professores e atua diretamente no desenvolvimento e formação da identidade do aluno. O currículo pode ser visto como um agrupamento de conhecimentos, vivências e ações compatíveis para uma prática educacional interdisciplinar e transdisciplinar, isto é, entre as diferentes disciplinas e para além das disciplinas escolares, facilitando assim o processo de aprendizagem do educando. De acordo com Borsa (2007):

É na Escola que se constrói parte da identidade de ser e pertencer ao mundo; nela adquirem-se os modelos de aprendizagem, a aquisição de princípios éticos e morais que permeiam a sociedade; na Escola depositam-se expectativas, bem como as dúvidas, inseguranças e perspectivas em relação ao futuro e as suas próprias potencialidades. (BORSA, 2007, p. 02).

Normalmente o currículo tem como função a produção e o desenvolvimento da identidade dos alunos ao mesmo tempo em que evidencia a individualidade e o ambiente social em que estão inseridos. O currículo deve ser capaz de estimular o

pensamento crítico e reflexivo do aluno e destacar as suas potencialidades, apresentando aos mesmos uma realidade suscetível a transformações.

Neste sentido, Goodson (1998) afirma que:

Diferentes currículos produzem diferentes pessoas, mas naturalmente essas diferenças não são meras diferenças individuais, mas diferenças sociais, ligadas a classe, à raça, ao gênero. Dessa forma, uma história do currículo não deve estar focalizada apenas no currículo em si, mas também no currículo enquanto fator de produção de sujeitos dotados de classe, raça, gênero. Nessa perspectiva, o currículo deve ser visto não apenas como a expressão ou a representação ou o reflexo de interesses sociais determinados, mas também como produzindo identidades e subjetividades sociais determinadas. O currículo não apenas representa, ele faz. É preciso reconhecer que a inclusão ou exclusão no currículo tem conexões com a inclusão ou exclusão na sociedade. (GOODSON, 1998, p. 10)

Refletir sobre identidade no contexto escolar é concebê-la como um princípio formado e organizado por uma sociedade capaz de modelar sua identidade e as identidades de outras comunidades. Portanto, nota-se que a identidade é produzida pelo grupo em que o aluno está inserido e não é um fator que surge naturalmente e sozinho.

Pensar na identidade presente na realidade escolar que vivemos significa pensar nos currículos construídos nas escolas atuais. A identidade do aluno é parte integrante do currículo escolar, e este deve ser adequado e constantemente transformado para melhor atender aos sujeitos por ele beneficiados, ou seja, o currículo deve visar o desenvolvimento da identidade do aluno de forma a abordar e inserir no cotidiano escolar a realidade social vivenciada por este educando.

## **2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO SOCIAL**

No Brasil, as Políticas Públicas tem se consolidado a cerca de sessenta anos com o intuito de solucionar os problemas enfrentados pela população do país. De acordo com Secchi (2010) as Políticas Públicas surgiram para “[...] ajudar no diagnóstico e no tratamento de problemas públicos, assim como a medicina o faz com problemas do organismo, e a engenharia, com problemas técnicos”. Nesta perspectiva, quando as Políticas Públicas assumem o papel de diagnosticar os problemas ela conseqüentemente deve apresentar a solução para os mesmos, caso contrário não existiria sentido em sua existência.



Para Secchi (2010), “Política Pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público”. Porém, essa não é a única função das Políticas Públicas, já que elas se deparam com a diversidade social, cultural, política e econômica existente no Brasil, um país repleto de desiguais.

Essa diversidade é latente no Brasil e confronta uma sociedade marcada pela desigualdade social e de renda. É necessário superar esta situação e isso é possível através da articulação entre governo e sociedade. Os governos têm adotado estratégias para combate da pobreza e da desigualdade social ao instituir políticas públicas de inclusão social.

As políticas públicas de inclusão social se valem de métodos de identificação, localização e classificação com o intuito de selecionar as famílias que se enquadram no perfil de beneficiários das mesmas, e o grande destaque brasileiro é o Programa Bolsa Família – PBF.

Este programa foi criado em 2003 e um de seus objetivos é a integração com outros programas e políticas que levem ao desenvolvimento intelectual e produtivo de seus beneficiários, tencionando a independência econômica dessas famílias, a médio e longo prazo, por intermédio de programas de transferência de renda.

Sendo assim, aqui, as discussões em torno das políticas públicas de inclusão social serão focalizadas no Programa Bolsa Família, como ferramenta de erradicação da pobreza, da exclusão e desigualdade social existente no país.

### **2.2.1 A inclusão sob a ótica da exclusão**

Muito tem se falado sobre a inclusão social, mas afinal o que se entende por inclusão social? Existem muitas definições para este tema e pouco tem se entendido do mesmo.

O termo “incluir” significa *estar incluído ou compreendido, fazer parte* (HOLANDA, 1993, p. 175). Nesse sentido, é imprescindível que os excluídos, os ditos “desiguais” se tornem parte da sociedade em que estão inseridos e, mais importante do que ser parte da sociedade, é sentir-se parte da mesma.

Embora a inclusão social tenha sido tão difundida atualmente, ela ainda é muito complexa, já que existe muita divergência na tentativa de defini-la. Assim, sugere-se compreender a inclusão social através do seu oposto, a exclusão social.

De acordo com Faleiros (2006) a inclusão social está profundamente ligada à exclusão. Costa (2006) afirma que o termo “exclusão social” é usado de maneira generalizada, no entanto, nem mesmos os especialistas corroboram com o sentido do mesmo. Assim, percebe-se que a inclusão social é a face da precariedade do entendimento dos problemas sociais enfrentados pela sociedade atual.

Excluir constitui, dentre outras coisas, “[...] pôr de lado, abandonar; pôr fora, eliminar” (HOLANDA, 1993, p. 140). Atualmente, os indivíduos excluídos são aqueles que estão do lado de fora de um contexto, que não pertencem a um determinado grupo e que não possuem serventia ou prestígio, sendo postos para fora do coletivo. Destarte, a exclusão desvenda uma sociedade descartável e inútil. Vemos o sujeito refém do medo, com receio do futuro, temendo ser abandonado ou com “medo de se tornar ninguém e coisa alguma, de ser descartado e banalizado, o medo daquilo que não se vê” (MARTINS, 2002, p. 20). Isso torna visível a perda da autoestima e da identidade do indivíduo, que passa a não sentir-se parte de um grupo social.

Faleiros (2006) vê a exclusão como uma expressão da desigualdade social, uma condição de existência definida pelo capitalismo. Ela é consequência da exploração de uns sobre os outros, daqueles com mais poder sobre aqueles com menos poder. Esta exploração pode ser econômica, política ou cultural, beneficiando uns em prejuízo de outros. Essa é a relação existente entre inclusão e exclusão. Uma não ocorre sem a outra, sendo estas marcadas por diversos conflitos sociais.

Sposati (1996) afirma que:

Exclusão social é a impossibilidade de poder partilhar da sociedade e leva à vivência da privação, da recusa, do abandono e da expulsão, inclusive com violência, de uma parcela significativa da população. Por isso exclusão social e não só pessoal. Não se trata de um processo individual, embora atinja pessoas mas, de uma lógica que está presente nas várias formas de relações econômicas, sociais culturais e políticas da sociedade. Esta situação de privação coletiva é que se está entendendo por exclusão social. Ela inclui pobreza, discriminação, subalternidade, não equidade, não acessibilidade, não representação pública. É, portanto, um processo múltiplo que se explica por várias situações de privação da autonomia, do desenvolvimento humano, da qualidade de vida, da equidade e da igualdade. (Sposati, 1996, p.13)

Deste modo, nota-se que o processo de exclusão social mostra-se como um meio multifacetado e que compromete todo o coletivo social. Este é um processo

excludente, pois fixa relações econômicas, sociais, políticas, culturais, educacionais, entre outras, que se define através de mecanismos que o amparam e o expandem.

Portanto, não existem exclusões definitivas e sim processos excludentes. Uma vez que, uma sociedade caracterizada pela carência social e cultural inclina-se a excluir, ao mesmo tempo em que busca incluir, ainda que modestamente. Martins (2002) corrobora com essa ideia quando alega que:

[...] a sociedade que exclui é a mesma sociedade que inclui e integra que cria formas também desumanas de participação, na medida em que delas se faz condição de privilégios e não de direitos. (MARTINS, 2002. p.11)

Martins (2002) também vê essa questão como um fato mais social do que econômico. Porém, são ofertadas políticas compensatórias como alternativa para solucionar a questão da exclusão, mas o autor entende que essas alternativas apenas comprovam e validam a exclusão, a qual não deve ser considerada como uma novidade, já que, ela sempre esteve presente nas sociedades tradicionais.

Com a existência dos processos excludentes é preciso solidificar as estratégias voltadas para a inclusão social, por intermédio das políticas públicas de inclusão social. Essas políticas, de acordo com Sposati (2001), dão um novo sentido ao reconhecimento da cidadania e da identidade. A esperança da efetivação da inclusão social é coletiva, embasada na ética e no direito social.

Assegurar a inclusão social é tarefa do poder público. Ela precisa acontecer através de ações do governo, imprescindíveis para o progresso da sociedade. Essas ações não podem ser apenas a transferência de renda, mas deve viabilizar o acesso às políticas e aos serviços sociais. Essa é a função da inclusão social, entendida como a ferramenta capaz erradicar a exclusão através da execução das políticas de inclusão social.

### **2.2.2 Pobreza e desigualdade social**

Estudiosos reconhecem o Brasil como uma nação muito rica e com má distribuição da sua riqueza. Para Barros (2001) "o Brasil não é um país pobre, mas extremamente injusto, desigual e com muitos pobres", e complementa que "a origem da pobreza do Brasil não está na falta de recursos, mas na má distribuição dos

recursos existentes”. Entende-se que a causa da pobreza do Brasil está atrelada a má distribuição de renda.

Compreendendo que o Brasil é um país rico, mas que possui um dos maiores índices de desigualdade do mundo Faria (2000, p. 21) afirma que:

A comparação internacional entre o grau de desigualdade de renda no Brasil e o observado em outros países comprova não só que a desigualdade brasileira é das mais elevadas em todo o mundo, mas contribui também para entender como um país com renda per capita relativamente elevada pôde manter, nos últimos 20 anos, em média, cerca de 40% da sua população abaixo da linha de pobreza

Neste sentido, a pobreza é entendida como resultado da desigualdade social e como o agravamento da mesma.

Segundo Sposat (1997, p. 13):

[...] o conceito de pobreza é relativo, refletindo os hábitos, valores e costumes de uma sociedade; entretanto, com a globalização, essa noção passa a aproximar-se de uma medida comum. Os indicadores utilizados para estimar o grau de pobreza de uma sociedade partem de medidas quantitativas comparativas, demarcando os estratos sociais que enfrentam os mais baixos padrões de vida.

A pobreza existe em todo o mundo e é considerada como a negação ou ausência das necessidades básicas, inclusive a de se alimentar, condição fundamental para a sobrevivência humana. De outro modo, se configuraria na privação de bens materiais e o mínimo acesso à saúde, educação, habitação e saneamento, entre outros.

Para Pereira (2001) a pobreza divide-se entre pobreza absoluta e pobreza relativa. Ela é consequência da desigualdade social, a qual tem aumentado gradativamente a lacuna que separa os ricos dos pobres, sendo vista como um processo de exclusão social.

De acordo com Yazbek (2003) a pobreza está vinculada aos indicadores de renda, emprego e pelo uso dos recursos sociais, que acabam interferindo no padrão de vida do sujeito. Para a autora, os pobres são aqueles que possuem o mínimo de acesso aos bens e recursos, sendo excluídos da riqueza social.

Compactuando com estes pensamentos, Pochmann (2004) afirma que a pobreza é uma forma de desigualdade social. Constata-se que a desigualdade, seja ela de renda, de emprego, de acesso à saúde, à educação, ao lazer, à justiça, são

faces de uma mesma moeda, que para muitos autores é apontada como pobreza, mas para ele é uma questão maior e a define como exclusão social.

Diante de um contexto social fragilizado e com desigualdades sociais tão latentes, cabe ao Estado estabelecer políticas sociais capazes de enfrentar as situações de vulnerabilidade social a que muitas famílias estão expostas.

A redução da concentração de renda é o melhor caminho para a diminuição das desigualdades sócias, porém, é necessário a definição de ações, provenientes de diversos setores, que estimulem o crescimento econômico e a igualdade na distribuição de renda, bem como a efetivação de políticas públicas sociais que visem o combate, a médio e longo prazo, do enfrentamento da pobreza.

### **2.2.2 O Programa Bolsa Família como Política de Inclusão Social**

O Programa Bolsa Família (PBF) consiste na transferência direta de renda a famílias em situação de pobreza ou de extrema pobreza. As famílias por ele beneficiadas assumem o compromisso com o Estado no cumprimento de suas condicionalidades. O trabalho conjunto exercido pelos setores da assistência social, educação e saúde é de suma importância para o desenvolvimento do programa, bem como para o alcance dos efeitos almejados.

O Governo criou o Programa Bolsa Família (PBF) no intuito de garantir os direitos dos cidadãos. Este programa é o resultado da união do antigo Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e Auxílio-Gás. Ele foi instaurado a partir da Lei nº 10.836 de 9 de Janeiro de 2004 e regulamentado pelo Decreto nº 5.029 de 17 de Setembro de 2004, com a finalidade de proteger os valores familiares e o seu desenvolvimento. Para tanto, procura atingir três dimensões: a redução da pobreza, o acesso aos direitos sociais básicos e a união com outros programas complementares, assim os beneficiários do programa terão condições de superar a situação de pobre e de vulnerabilidade social.

De acordo com Buarque (2007):

Quando o presidente Lula decidiu transformar a Bolsa - Escola em Bolsa Família, seus auxiliares foram alertados de que os efeitos seriam negativos, por três razões. Primeiro, trocando a palavra escola, tirava-se a educação da cabeça dos beneficiários. Quando recebiam a Bolsa - Escola, eles pensavam: recebo a bolsa porque meus filhos estão na escola; se deixarem de estudar, não recebo. Agora, com a Bolsa Família, pensam: recebo a

bolsa porque sou pobre; se sair da pobreza, não recebo. [...] A Bolsa Família pode até diminuir a miséria entre os beneficiários, mas não elimina a pobreza do Brasil. Diminui a pobreza momentânea, mas não constrói um País rico, pois não reduz a dependência. Isso, só com uma revolução na educação. A Bolsa - Escola era parte dessa revolução.

Já Silva (2012, p. 56) acredita que:

Os beneficiários do bolsa-família não se acomodam como podem afirmar alguns críticos, buscam uma inserção no mercado, assim como os beneficiários, que não se realocam no mercado (idosos e pessoas com deficiência), mas contribuem na economia através de consumo. A renda de ambos os benefícios é um exercício econômico produtivo, pois permite para as pessoas, que antes eram excluídas, a se inserirem no mercado de trabalho. Os benefícios, em que pese terem algumas críticas, possuem em si o interesse público configurado na sua essência, em razão que são revestidos de um planejamento fundamentado por representação popular.

A autora destaca que o Programa Bolsa Família tem caráter provisório e visa o sucesso gradativo do princípio da dignidade humana previsto na Constituição Federal de 1988, pois para ela:

O assistencialismo contido nos programas é inerente à sua condição, contudo, o entendimento de que o ganhar algo sem esforço dá ao ser humano um sentimento de ausência de conquista e, portanto, não há uma valorização devida daquilo que se ganha. Nesse sentido, há posicionamentos de que os programas apenas tendem às famílias permanecerem pobres ou ainda mais pobres, pois, passam a procriar filhos com o intuito de aumentar a renda. Esse posicionamento é bem consistente, todavia, entendo que junto ao controle do ganho de benefício, deve vir o controle de natalidade, para estancar a reprodução de famílias numerosas e sem condições. Pois o objetivo do bolsa família não é incentivar a reprodução de mais brasileiros, até porque o Brasil não sofre problemas de natalidades, mas sim de que os beneficiados consigam transpor a difícil linha da miséria. A projeção do programa bolsa família pode ser entendida de uma geração para outra, ou seja, é necessário que essa geração atual ganhe o benefício para que a futura não precise dele. Desta forma, os beneficiários de hoje não permanecerão beneficiários. A ideia central é que a linha da miséria seja transposta com a permanência do indivíduo na escola. E que através do estudo, da qualificação profissional o cidadão possa alcançar melhores condições de trabalho e consequentemente de vida. (SILVA, 2012, p. 59).

Dessa forma, espera-se que a principal ação do programa é a diminuição da miséria e da desigualdade social.

Silva (2008, p. 41) aponta que o Bolsa Família também recebe inúmeras críticas, quando aponta que:

Existem aqueles que criticam o programa por acharem que é apenas uma espécie de "bolsa eleitoral", que serviria para "subornar" as camadas mais

vulneráveis da população com transferências de dinheiro para obter eleitores cativos, sem que se constitua numa real proposta de erradicação da pobreza pelo trabalho e pela atividade econômica produtiva. Alguns críticos só se referem ao Programa Bolsa Família pelo seu apelido pejorativo de "Bolsa Miséria". Entre as diversas críticas que recebe no Brasil está a de que geraria dependência, e desestimularia a busca por emprego.

Observa-se que o Programa Bolsa Família ainda não é completamente aceito pela sociedade brasileira. Contudo, para as famílias por ele beneficiadas, o programa é de grande importância, pois de acordo com pesquisas do Governo, o benefício é gasto em comida, material escolar, roupas e calçados, respectivamente.

Para o Ministério do Desenvolvimento social o Bolsa Família também contribui com a economia local, pois as famílias beneficiárias gastam os recursos recebidos na própria cidade. Assim, a economia local tende a crescer, gerando mais empregos para a população.

Conclui-se que a criação e execução do Programa Bolsa Família é muito importante para o desenvolvimento da população brasileira, pois apesar das muitas críticas, o programa é responsável pela sobrevivência de diversas famílias, que muitas vezes utilizam o recurso para se alimentarem, além de incentivar o acesso à educação, ao mesmo tempo em que desenvolve a economia local.

Sabe-se que o programa possui inúmeras falhas, pois existem muitos casos de corrupção, porém para os seus beneficiários é uma grande ajuda, já que evita que os mesmos passem fome. O Programa Bolsa Família pode ser considerado uma política pública que promove a redução da pobreza e da extrema pobreza, possibilitando a inclusão social dos excluídos.

### **2.3 A CHEGADA DOS DESIGUAIS: O CURRÍCULO NO ENFRENTAMENTO DA DESIGUALDADE SOCIAL**

O Brasil possui uma pluralidade educacional muito ampla, surgindo uma série de conflitos devido à falta de políticas educacionais e sociais adequadas, pois a inexistência ou a má execução das mesmas acabam por reforçar a exclusão dos indivíduos. Assim, é essencial discutir a diversidade e as possibilidades de uma escola que a contemple com efetividade.

É necessário prever políticas e práticas educacionais capazes de contemplar a diversidade, permitindo que os coletivos, vítimas das desigualdades sociais,

sintam-se parte integrante da escola. Porém, incluí-los e garantir o seu acesso à educação não é o suficiente, pois isso já acontece, é preciso propiciar a sua permanência na escola, mesmo que esta não seja a única resposta para a diminuição das desigualdades sociais. Deste modo, Arroyo (2010, p. 397) destaca:

O que se pode observar é que o campo da educação e suas políticas continuam pensando-se isoladas dessas fronteiras, onde se dá a produção das injustiças e desigualdades mais radicais e onde os coletivos colocam suas lutas. As desigualdades escolares, educativas, continuam pensando-se como as desigualdades produtoras de todas as desigualdades sociais, econômicas, dos campos e periferias. Consequentemente, as políticas de igualdade de acesso, de permanência na escola básica, em padrões mínimos universais de qualidade, continuam pensadas como redentoras de todas as formas de injustiça e desigualdades.

É necessário que a escola esteja preparada para lidar com a diversidade que ela contempla e que seja realmente um local de educação para todos, mas isso leva a mesma a repensar no seu papel perante os desiguais.

Neste sentido, é importante reconhecer estes desiguais, entender os seus interesses, conhecer sua classe social, sua etnia, seu gênero. Precisamos desmistificar a desigualdade como sendo a marginalização dos coletivos, conforme ressalta Arroyo (2010, p. 389):

Outra forma de pensar os coletivos feitos desiguais é como marginalizados, até como *marginais* ou na margem de lá, onde predomina a miséria não tanto social mas moral, a falta de valores, de hábitos, onde domina o tradicionalismo a até a cultura da pobreza e da miséria. Desiguais porque à margem da civilização, da modernidade, da racionalidade científica, do progresso e de seus valores civilizatórios, progressistas, de esforço e de trabalho.

O autor também evidencia que não podemos desconsiderar os coletivos sofrendores com as desigualdades e caracterizá-los como alvo das políticas sociais acaba por exaurir a visão do Estado e o exame das políticas públicas. É preciso reconhecer que os desiguais também tem o direito de ter acesso aos meios que até então eram privilégio daqueles com maior poder aquisitivo.

Quando os desiguais chegam a escola, eles se deparam com uma nova forma de exclusão, pois o acesso educação é um direito garantidos a todos, mas a legislação não prevê como deve ser a aprendizagem desses sujeitos tão diferentes uns dos outros. Entretanto, é importante articular a aprendizagem com os interesses dos alunos, respeitando suas diferenças, permitindo que os desiguais sintam-se



parte do cotidiano escolar. É imprescindível viabilizar um espaço escolar preocupado com a diversidade e com os interesses dos educandos. Para Arroyo (2010, p. 391):

A relação entre educação, políticas públicas, Estado e desigualdades vai deixando lugar a políticas de inclusão, escola inclusiva, projetos inclusivos, currículos inclusivos. A categoria desiguais, porque na pobreza, no desemprego, na exploração do trabalho, porque oprimidos, sai das justificativas de políticas e até das análises e avaliações e o termo *excluídos* entra no seu lugar. Excluídos não dos bens materiais do viver humano, mas excluídos dos bens culturais, das instituições e espaços públicos, do convívio social. Mantidos do lado de fora extramuros.

Dessa forma, percebe-se que os educandos não são postos de lado pelas propostas curriculares, mas sim como os mesmos são percebidos por elas. Direcionar o olhar para o educando é discernir sobre o currículo escolar, o qual, muitas vezes, é construído para todos com vistas na homogeneização, esquecendo-se da enorme diversidade existente na escola. É preciso compreender que somos desiguais em tudo, no modo de vestir, de falar, de andar, de aprender, na etnia, religião ou classe social. Assim, o currículo deve pensar nestas diferenças e buscar incluir os excluídos.

Cabe destacar que para efetivar uma educação de qualidade e lutar contra a exclusão e desigualdades sociais, os currículos escolares precisam prever a equidade entre os educandos e da sociedade em que os mesmos estão inseridos.

Quando uma escola se propõe a realmente atender a diversidade e as especificidades de seus alunos, tornando-se uma escola inclusiva, ela deve discutir e repensar seus currículos. Também, é importante que o Estado mude sua percepção de um currículo nacional para lutarem por uma educação inclusiva, pois:

Um currículo estanque, aplicado de maneira rígida, sem a necessária reflexão, resulta, obviamente num potente recurso de exclusão social, pois não permite espaço para discussões que levem a adaptações curriculares, necessárias para o atendimento à diversidade, presente na sala de aula. Infelizmente, o currículo ainda tem sido entendido e aplicado de acordo com a perspectiva de que o ensino regular possui um padrão de exigências de aprendizagem, que todo aluno deve aprender, a fim de obter sucesso na escola. Esta visão encontra-se arraigada no fato de que há áreas de conhecimento ou conteúdos pré-determinados, que, se aprendidos com eficácia, resultam em uma formação plena para a vida. (JUNG, 2012, p. 05).

As reflexões da autora reafirma a relevância das discussões sobre o currículo escolar, especialmente quando o objetivo é a construção de uma escola que respeite as diferenças e inclua os desiguais. Nesta perspectiva, constata-se a

urgência em refletir e superar as antigas convicções, padronizações e olhares excludentes na formulação do currículo escolar.

O acesso à educação é um direito conquistado, mas a permanência na escola não, pois a legislação nem sempre é pensada para atender a realidade da escola muitas vezes elas percorrem caminhos opostos, conforme ilustra Dias (2007):

Isto significa que a problemática da igualdade do acesso à escola não pode ser confundida com expressão de uma cultura homogênea, de padrão único. Faz-se necessário a adoção de currículos e metodologias de ensino que levem em consideração as diferenças regionais, culturais, de gênero, étnicas, raciais e religiosas, os perfis populacionais etários e os contextos onde as aprendizagens se realizam. (DIAS, 2007, p. 5).

Aceitar que a escola é um espaço que atende a diversidade é um caminho a ser seguido no combate as desigualdades produzidas na mesma. Portanto, construir um currículo diversificado, que respeite as diferenças dos alunos e da sociedade que os mesmos estão inseridos pode ser a melhor alternativa para tornar o espaço escolar um local livre da exclusão social, permitindo que os desiguais sintam-se iguais a todos os que frequentam este espaço reprodutor e instigador de novos conhecimentos.

### **3 METODOLOGIA**

O presente trabalho está desenvolvido através de pesquisa bibliográfica. A pesquisa é uma atividade voltada para a solução de problemas, através do emprego de processos científicos. Uma pesquisa terá resultados confiáveis quando conduzida utilizando-se conceitos, métodos e procedimentos bem definidos (GIL, 2002).

De acordo com Fonseca (2002):

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32).

Corroborando com o autor, Severino (2007, p.122) afirma que “a pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de

pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses, etc.". O procedimento bibliográfico se enquadra no presente estudo, pois se utilizaram além de livros, tese, dissertação e monografia de graduação.

Para Gil (2007), as investigações sobre ideologias ou aquelas que se propõem à análise das diversas posições acerca de um problema são os exemplos mais característicos da pesquisa bibliográfica.

A pesquisa bibliográfica procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em documentos. Pode ser realizada independentemente ou como parte da pesquisa descritiva ou experimental. Busca conhecer e analisar as contribuições culturais e científicas do passado, existentes sobre um determinado assunto, tema ou problema.

De acordo com Lakatos e Marconi (1992):

A pesquisa bibliográfica permite compreender que, se de um lado a resolução de um problema pode ser obtida através dela, por outro, tanto a pesquisa de laboratório quanto à de campo (documentação direta) exigem, como premissa, o levantamento do estudo da questão que se propõe a analisar e solucionar. A pesquisa bibliográfica pode, portanto, ser considerada também como o primeiro passo de toda pesquisa científica. (LAKATOS E MARCONI, 1992, p.44)

A pesquisa bibliográfica permite que o pesquisador obtenha uma bagagem teórica variada, colaborando para a ampliação do seu conhecimento e transformando a pesquisa em um material rico sobre o assunto a ser analisado. Dessa forma, o pesquisador além de ampliar seus conhecimentos se tornará um leitor na busca e levantamento dos dados e informações.

#### **4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS**

Diante do que foi estudado e compartilhado até aqui, percebe-se que a escola é um espaço repleto de diversidade e por isso acaba sendo excludente, e isso se fortalece com a utilização de currículos nacionais homogêneos.

Nota-se que muito tem percorrer e avançar no processo de inclusão dos caracterizados como desiguais, pois dizer e garantir por lei que todos têm direito a educação não é suficiente para efetivá-la. Abrir as portas das escolas e supor que com a garantia desse direito todos também terão acesso à cultura, ao esporte, ao lazer os farão sentir-se parte da sociedade é uma visão errônea.

Enfim, a escola assume um papel importante na luta contra as desigualdades sociais e na efetivação de políticas públicas de inclusão social, quando recebe os desiguais e procura garantir a permanência dos mesmos ao elaborar currículo que realmente possa atender as especificidades desses indivíduos por tanto tempo excluídos socialmente.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O currículo escolar é uma importante ferramenta na formação do indivíduo, pois contribui para a construção da identidade do aluno, do seu pensamento crítico, tornando-os pessoas criativas e capazes de tomar iniciativas e ansiosos por mudarem a sociedade em que estão inseridos.

Porém, construído nacionalmente não é capaz de abranger as experiências vivenciadas pelos educandos. Quando um currículo não contempla a realidade local ele acaba por ser uma ferramenta excludente e não contribui para a inclusão social dos indivíduos.

A escola é um espaço receptor de diferentes etnias, religiões, gêneros e classes sociais, ela deve receber os desiguais e fazê-los sentir parte do contexto escolar. A elaboração de currículos que contemple essa diversidade, contribui para a efetivação da luta contra as desigualdades sociais e no combate à pobreza. A escola do futuro, a escola inclusiva que tanto desejamos, depende da capacidade de lidar com as diferentes formas de aprender, que devem ser respeitadas e previstas nos currículos escolares.

Não basta garantir o direito de acesso a educação para todos, é preciso garantir a permanência de todos na escola. Construir um currículo de qualidade é de suma importância para garantir esse direito. Contemplar os desiguais no currículo escolar, reconhecendo suas diferenças pode ser o que falta para tornar o espaço escolar um ambiente inclusivo, reprodutor de saberes e acolhedor daqueles que durante muito tempo vem sendo excluídos da sociedade.

## REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. **Políticas educacionais e desigualdades**: à procura de novos significados. Campinas, SP: Educação & Sociedade, 2010.

BARROS, Myriam Moraes de. **Envelhecimento, cultura e transformações sociais**. Rio de Janeiro, RJ: Ed. NAU, 2001.

BORSA, Juliane Callegaro. **O Papel da Escola no Processo de socialização infantil**. Disponível em: <[www.psicologia.com.pt/artigos/textos/A0351.pdf](http://www.psicologia.com.pt/artigos/textos/A0351.pdf)> Acesso em: 15 de Junho de 2016.

BRASIL. **Lei nº 10.836 de 9 de Janeiro de 2004**. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Brasília, DF: Planalto, 2004.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 5.209 de 17 de Setembro de 2004**. Regulamenta a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, e dá outras providências. Brasília, DF: Planalto, 2004.

BUARQUE, Cristovam. **Foram avisados**. Revista Isto É: 2007. Disponível em: <<http://www.cristovam.org.br/portal3/na-imprensa/104-foram-avisados.html>> Acesso em 7 de Outubro de 2016.

COSTA, Alfredo Bruto da. **Pobreza e Desigualdade no século do desperdício**. Brasília, DF: ICSW/CBCISS, 2006.

D'AMBRÓSIO, Ubiratan. **Etnomatemática e Educação**. Santa Cruz do Sul: Reflexão e Ação, 2002.

DIAS, Adelaide Alves. **Da educação como direito humano aos direitos humanos como princípio educativo**. In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy et al. Educação em direitos humanos: fundamentos teórico-metodológicos. João Pessoa/PB: Editora Universitária, 2007.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Inclusão social e cidadania**. Brasília, DF: ICSW/CBCISS, 2006.

FARIA, V. E. **Brasil: Compatibilidade entre a estabilização e o resgate da dívida social**, in Pobreza e Política Social. São Paulo, SP: Fundação Konrad Adeunauer, 2000.

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos e Pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GOODSON, Ivor. **Currículo: teoria e história**. 2ª Edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

HOLANDA, Aurélio Buarque de. **Dicionário Prático da Língua Portuguesa**: Aurélio. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira/ O Dia, p. 175, 1993.

JUNG, Jucimara de Medeiros. **Inclusão: eis a questão! Uma abordagem sobre currículo e diversidade**. Disponível em <  
[www.periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1195/1010](http://www.periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1195/1010) > Acesso em: 30 de Setembro de 2016.

LAKATOS, Maria Eva. MARCONI, Maria de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. 4ª ed. São Paulo: Revista e Ampliada. Atlas, 1992.

MARTINS, José de Souza. **A Sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2002.

POCHMANN, Márcio (orgs.). **Políticas de Inclusão Social: resultado e avaliação**. São Paulo, SP: Cortez, 2004.

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa; CANDAU, Vera Maria (Orgs). **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MOREIRA, Antonio Fabio Barbosa; SILVA, Tomaz Tadeu da. **Currículo, cultura e sociedade**. São Paulo, SP: Cortez, 2000.

PEREIRA, Potyara A. P.. **Sobre a política de Assistência Social no Brasil**. São Paulo, SP: Cortez /FSS-UERJ, 2001.

SACRISTÁN, José Gimeno. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. Porto Alegre, SC: Artmed, 2006.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. **As culturas negadas e silenciadas no currículo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo, SP: Cengage Learning, 2010.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 1999.

SILVA, Gisele Cristine Brum Silva. **Benefício de Prestação Continuada (LOAS) e Bolsa Família como Forma de Concretização da Dignidade da Pessoa Humana**. Porto Alegre, RS: PUCRS, 2012.

SILVA, Maria Ozanira Silva e. **Avaliação de Políticas Públicas e Programas Sociais: uma reflexão sobre o conteúdo teórico e metodológico da pesquisa avaliativa**. São Paulo, SP: Veras, 2008. ZIMMER

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira. **Mapa da exclusão/inclusão social na cidade de São Paulo**. São Paulo, SP: EDUC, 1996.

\_\_\_\_\_. **A inclusão social e o Programa de Renda Mínima**. São Paulo, SP: Cortez, 2001.

\_\_\_\_\_. **Mapa da exclusão / inclusão social da cidade de São Paulo**. São Paulo: Educ, 1997.

YAZBEK, Maria Carmelita. **As Ambiguidades da Assistência Social brasileira após dez anos de LOAS**. São Paulo, SP: Cortez, 2004.